



EMENDA AO PL nº 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Modificar o texto do §2º do Art.110, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 110.

§2º No caso de extinção do OGMO, o passivo trabalhista será de responsabilidade solidária dos portos públicos, privados, operadores e terminais portuários integrantes do complexo portuário, incluindo o pagamento de multa rescisória equivalente a duzentos por cento (200%) sobre os valores apurados para fins rescisórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

JUSTIFICATIVA

A proposta de modificar o texto do §2º, visa estabelecer que, no caso de extinção do OGMO, o passivo trabalhista – englobando, inclusive, a multa rescisória de 200% sobre os valores apurados para fins rescisórios do FGTS – seja de responsabilidade solidária dos portos públicos e privados, assim como dos operadores e terminais integrantes do complexo portuário, como forma de inibir a banalização do processo de extinção dos OGMOs.

Ademais, esse dispositivo busca preservar o princípio da igualdade de direitos, conforme consagrado no art. 7º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, que assegura tratamento isonômico entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e os trabalhadores avulsos, pois os trabalhadores com vínculo empregatício permanente possuem o direito à multa incidente sobre o valor do FGTS para fins rescisórios quando da extinção da empresa na qual tem vínculo empregatício.

Assim, ao atribuir a responsabilidade de forma solidária às diversas entidades beneficiadas pelo sistema de pool, evita-se que o trabalhador sofra a transferência dos ônus decorrentes do eventual encerramento do OGMO, garantindo a proteção do seu direito à rescisão e à manutenção da dignidade no ambiente laboral.

Em síntese, a emenda modificativa do §2º encontra respaldo na necessidade de se administrar de forma eficiente e integrada a mão de obra no setor portuário, ao mesmo tempo em que se preservam os direitos trabalhistas fundamentais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Essa abordagem não só atende às exigências operacionais do complexo portuário, como também assegura a efetiva proteção jurídica dos trabalhadores, promovendo a justiça social e a igualdade de tratamento entre todas as modalidades de vínculo no trabalho portuário.

Sala da Comissão, de de 2025

Deputado **HELDER SALOMÃO**

Apresentação: 22/04/2025 21:34:08.253 - CTRAB
EMC 324/2025 CTRAB => PL 733/2025

EMC n.324/2025



Câmara dos Deputados – Anexo III Gabinete 573 – Praça dos Três Poderes- Brasília –DF CEP 70160-900
Tel: (61) 3215-5573 **Fax:** (61) 3215-2573 **E-mail:** dep.heldersalomao@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254546924500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão

